

A “PRESENÇA”¹ DA DISCUSSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ARAIOES/MA.

Fabício de Sousa Sampaio ²

RESUMO

Em tempos de avanço neofascistas e de ataques à educação pública democrática e plural, as investigações sociais sobre gênero e sexualidade na educação se transformam em políticas de resistência. Este artigo é resultante de um dos desdobramentos analíticos referentes ao projeto de pesquisa Gênero e sexualidade nas escolas públicas de Araiões-MA realizado entre os anos de 2018 e 2019 com a intenção de analisar as concepções docentes e identificar a presença das discussões de gênero e sexualidade nas práticas educativas de escolas públicas da sede do município de Araiões. A pesquisa de campo foi realizada em quatro escolas públicas onde oito colaboradore(a)s responderam questionários semiestruturados. Dentre os principais resultados, podemos ressaltar que: as relações de gênero e sexualidade não constituem conteúdos curriculares ou temáticas prioritárias nas escolas pesquisadas e, apenas são abordados por alguns docentes, de maneira pontual, em sala de aula, quando ocorrem situações de violência entre estudantes.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Escola Pública, Araiões-MA.

INTRODUÇÃO

As exclusões das temáticas de gênero e sexualidade se fortaleceram a partir do ano de 2016 quando nem mesmo os termos gênero e sexualidade foram aceitos na redação final dos planos educacionais do país. Estas exclusões, além de serem engendradas por setores conservadores da esfera religiosa e político-partidária, principalmente, representaram não apenas um retrocesso em termos de políticas públicas de reconhecimento da estrutura social brasileira marcada pela intolerância e violência em relação aos discordantes da heteronormatividade, como também representaram o firmamento de setores sociais reacionários no governo dos processos educativos brasileiros.

No bojo destas exclusões, durante o processo seletivo do IFMA no mês de dezembro de 2017 alguns relatos de docentes que estavam fiscalizando a aplicação das provas produziram estranhamentos. Uma professora da rede estadual enfatizou a ocorrência de situações de intolerância e violência direcionadas aos estudantes que não se enquadravam nos padrões de gênero e sexualidade heterossexuais. Outro docente também comentou a

¹ A marcação do termo entre aspas significa pontuar que, durante a pesquisa, estas discussões de gênero e sexualidade não estavam presentes como conteúdo curricular, mas quase sempre eram acionadas para explicar determinados fenômenos sociais da atualidade tanto se valendo dos achados científicos quanto da retórica reacionária da “ideologia de gênero”.

² Professor de Sociologia do IFMA- Campus Araiões-MA, farcosousa@yahoo.com.br.

existência de estudantes que tinham deixado de frequentar determinada escola por ter sofrido cotidianas violências homofóbicas sem um devido apoio do (a)s profissionais da escola. A partir destas escutas, alguns questionamentos foram surgindo e balizando a construção da pesquisa em foco neste artigo: as relações de gênero e sexualidade estão presentes no cotidiano escolar desta cidade como conteúdo curricular explícito? De que maneira são abordadas pelo (a)s docentes? E quais fundamentos ou referências balizam as concepções docentes sobre estas temáticas?

Para tentar responder estes questionamentos, a pesquisa realizada objetivou identificar a presença curricular das abordagens de gênero e sexualidade nas escolas públicas de Araióses-MA, assim como discorrer sobre as concepções docentes que balizavam tais abordagens em sala de aula e ações no cotidiano escolar como um todo.

METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi realizada no período de agosto de 2018 a julho de 2019 em quatro escolas públicas da cidade de Araióses-MA. Em cada escola visitada, todo(a)s o(a)s docentes eram convidado(a)s a responderem um questionário semiestruturado ou participarem de entrevistas abertas. Nenhum docente aceitou ser entrevistado e apenas oito colaboradores (a)s de três escolas responderam os questionários. A unidade escolar Humberto de Campos, através de sua direção, não permitiu a entrada do (a)s pesquisadore (a)s. Não tivemos acesso aos docentes desta escola que, conforme as gestoras que nos recepcionaram, “não se sentiriam bem” falando sobre esses assuntos. Nas outras escolas, a maioria do (a)s docentes não responderam os questionários alegando falta de tempo. No diário de campo do bolsista vinculado ao projeto, há relatos em que os docentes comentavam entre si e na presença de alguns estudantes que não gostavam de “tocar” nestes assuntos.

Neste ínterim, sete docentes de duas escolas de ensino fundamental e um docente do ensino médio entregaram os questionários. De modo geral, foram seis mulheres e dois homens pertencentes ao quadro de professore (a)s das escolas: Unidades Escolares de ensino fundamental Gonçalves Dias e Tudes José Cardoso; e Centro Educacional Ateneu São José. O (a)s colaboradore(a)s receberam os seguintes nomes fictícios: Ana, Bia, Adriano, Carol, Débora, Fátima, Paulo, Jéssica.

A escola brasileira continua heteronormativa de forma geral. O conceito “heteronormatividade”, criado por Michael Warner, refere-se à exigência social de que todos humanos organizem suas existências conforme a coerência da heterossexualidade. A heteronormatividade, como dispositivo contemporâneo da sexualidade (MISKOLCI, 2009), articula um conjunto de práticas, discursos e saberes que institui como única possibilidade de existir, a heterossexualidade (JUNQUEIRA, 2012, p.66). Esse dispositivo considera como legítima apenas a sequência heterossexual e binária de sexo-gênero-sexualidade e difere da “heterossexualidade compulsória”³ por esta exigir a heterossexualidade das pessoas como único destino sexual (COLLING, 2015, p.24).

No Brasil contemporâneo, intensificam-se os discursos de ódio e intolerância, com verniz neofascista, em muitos casos, direcionados aos corpos que não se encaixam ou subvertem o enquadramento heteronormativo. Os sujeitos que fogem ao modelo inteligível da branquitude, heterossexualidade, masculinidade e feminilidade padrão e religiosidade cristã, são constantemente concebidos como alvos de práticas de discriminação ou violências diversas que podem chegar ao extermínio.

O pressuposto básico do enquadramento heteronormativo é o binarismo oposicional de gênero e a heterossexualidade como única sexualidade legítima. Nesta perspectiva gênero é significado sociocultural traduzido a partir da natureza ou essência dos corpos- o sexo biológico. A sexualidade é compreendida como expressão natural dos corpos e muitas vezes, concebida e regulada por determinados entidades sobrenaturais.

Para além da perspectiva heteronormativa, o gênero precisa ser pensado como “performatividade”. Nas construções filosóficas da teórica “queer” Judith Butler (2003), o gênero não é um significado sociocultural incutido sobre um sexo biológico que todo corpo humano possui. Gênero é uma norma ou conjunto de normas que determinam o sexo como essência através de práticas repetitivas via discurso. Sendo assim, o gênero precisa ser construído diariamente. Aquilo que surge como expressão do sexo biológico, é uma identidade que precisa ser performatizada para existir nas interações sociais. Não há um corpo legítimo se não tiver sido legitimado por um “gênero inteligível” cuja coerência e unidade é constituída por uma linearidade entre sexo estável=gênero estável e oposicional= prática heterossexual=desejo heterossexual. Em outros termos, o conceito de

³ Conforme Adrienne Rich (2010), a heterossexualidade como regime político e social de determinação das vidas humanas.

performatividade de gênero defendido por Butler desconstrói a perspectiva do gênero binário significante de um sexo preexistente dos corpos: “[...] os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos com efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável [...]” porque “[...] a verdade interna do gênero é uma fabricação” (BUTLER, 2003, p. 195) acionada pelo mecanismo performativo.

O conceito de gênero da filósofa Judith Butler nos ajuda a compreender como o arbitrário cultural define que os ideais e modelos performáticos oposicionais que os sujeitos devem repetir, assim como todas as performances que não são consideradas inteligíveis e por isso, alvos de violência, exclusão e apagamento em todas as interações sociais.

A escola pode ser um espaço social da pluralidade e resistência aos mecanismos de negação e exclusão social como também pode reproduzir as violações praticadas geralmente por todos os outros espaços de sociabilidade. Dentre as estratégias de violência implementadas pelas escolas e quaisquer instituições sociais que estão alicerçadas pela perspectiva de gênero inteligível – binário e oposicional - podemos citar as “pedagogias do insulto” e do “armário”. Estas pedagogias, traduções da “pedagogia da sexualidade” (LOURO, 1999), podem funcionar por meio de xingamentos e piadas para heterorregular os corpos, no caso da “pedagogia do insulto”. A regulação objetiva marginalizar, excluir e silenciar as práticas sociais e escolares que fogem ao padrão heteronormativo (JUNQUEIRA, 2015). O insulto, como um dos elementos acionados na normalização, atua como um processo arbitrário de naturalização de uma identidade como natural, no caso, a homossexual. Essa “pedagogia do insulto” também se traduz em “pedagogia do armário”: constituída de dispositivos e práticas curriculares de controle, silenciamento, invisibilização, ocultação e não nomeação que agem como forças heterorreguladoras de dominação simbólica, (des) legitimação de corpos, saberes, práticas e identidades, subalternização, marginalização e exclusão (JUNQUEIRA, 2015, p.39-0). Para Junqueira (2015), por meio dessas pedagogias – insulto e do armário – o (a)s estudantes [e no caso o (a)s trabalhadore (a)s de maneira geral, especialmente a população LGBT] aprendem a se relacionar dentro da heteronormatividade e “mover as alavancas do heterossexismo e da homofobia” (JUNQUEIRA, 2012, p.70).

A desconstrução de práticas heteronormativas como a naturalidade dos corpos em sociedade faz-se necessário em um horizonte de construção de uma educação para a diversidade e de reconhecimento do direito à diferença. Em um país que mais mata a população LGBT no mundo, descortinar as concepções e as práticas pedagógicas nas escolas,

entendidas como espaço socializador privilegiado, torna-se crucial para compreender os atuais processos sociais violentos e fundamentar políticas de resistência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A concepção de gênero do (a)s docentes questionados foi elucidada quando foram inquirido (a)s para diferenciá-la de sexo. O (a)s colaboradores, em sua maioria, definiram sexo como uma questão, conceito ou situação biológica e o gênero como uma questão ou papel social: “o gênero diz respeito à masculinidade e feminilidade; o sexo é o que nos identifica biologicamente se nascemos ‘macho’ ou ‘femea’” (Fátima).

A maioria dos docentes relegou a sexualidade para a esfera individual utilizando termos como essência, intimidade ou personalidade. Em nenhuma das respostas, a sexualidade foi concebida como norma ou dispositivo nos termos foucaultianos. Ela sempre foi definida como algo interno que o ser humano expressa através de “pensamentos, sensações e atrações” (Carol): “sexualidade é a essência da pessoa, representa um ser, na sua subjetividade, é o traço mais íntimo do ser humano, pois a sexualidade se manifesta diferentemente em cada um” (Ana).

O (a)s colaboradore (a)s afirmaram que a discussão sobre gênero e sexualidade na sociedade atual está sendo marcada pela evitação, proibição (Ana) e confusão e contradição (Carol). O despreparo social para tratar destas temáticas é resultado de frequente preconceito e discriminação, de acordo com Paulo. E por esta razão, Adriano conclui: “percebo que muitos distorcem o sentido das duas situações, de certa forma, compreendem os dois termos e acabam por alimentar até algum tipo de preconceito no que diz respeito ao modo como as pessoas vivem de acordo com suas escolhas (vontades)”.

Débora, ao problematizar a abordagem social majoritária de gênero e sexualidade na sociedade atual, cita a retórica reacionária “ideologia de gênero”⁴: “é tratada de forma desleal por grupos sociais por alguns universidades que procuram confundir a cabeça das pessoas a exemplo a ideologia de gênero que prega que você não nasce com nenhum sexo biológico mas você se torna o que quiser ser homem , mulher”. Em sua escrita, torna-se claro o seu posicionamento a favor do combate à “ideologia de gênero” que segundo seus

⁴ Ofensiva religiosa da contemporaneidade, abraçada por algumas instâncias e representantes políticos, que combate a discussão científica do conceito de gênero, principalmente nas escolas, a partir de uma instauração do pânico moral que tal discussão poderia acabar com a família natural e a reprodução da vida humana, por exemplo. (JUNQUEIRA, 2016).

empreendedores morais, gênero deve ser eliminado das escolas e de todos os espaços sociais por disseminar a ideia de livre escolha do sexo e do gênero em uma panaceia onde os seres humanos perderiam o vínculo com sua essência: o sexo biológico.

A versão heteronormativa se mantém nos espaços escolares através da “pedagogia do insulto”. De todo (a)s colaboradore (a)s somente a professora Débora ainda não tinha presenciado situações de discriminação e preconceito em sua escola. Os exemplos citados iam desde aos insultos direcionados a certo funcionário “menosprezado por alguns alunos por conta de sua sexualidade” a “alguns alunos não sentam em cadeiras que um aluno homossexual tenha sentado anteriormente” (Paulo) passando por agressões verbais e físicas de aluno (a)s e crianças que “possuem opções diferentes das tradicionais” (Bia) ou “se mostram autônomos nas suas escolhas em relação ao gênero a que resolvem adotar são tratadas com preconceito” (Adriano). A maioria do (a)s colaboradore (a)s afirmou que conversam com o(a)s envolvido(a)s ou realizam palestras temáticas quando presenciavam situações de discriminação em relação às diversidades de gênero e “opção” sexuais nas suas escolas.

Quase todo (a)s colaboradore (a)s, com exceção da professora Débora, foram incisivo (a)s em afirmar que não existe nenhuma normativa ou direcionamento da Secretaria de Educação municipal ou estadual para focalizar as relações de gênero e sexualidade nas escolas: “a própria secretária de educação é negligente com o tema” (Paulo); “Acredito é por falta de interesse e organização e até de planejamento” (Fátima); “não tomei conhecimento de tais normativas e de nenhuma proposta para que se pudesse trabalhar essa temática” (Adriano). Fátima cita apenas um evento em maio organizado pela secretaria do estado do Maranhão que trata destas temáticas: “em maio teve seminário da secretaria da mulher sobre gênero [...] projeto do estado [...], geralmente a regional envia ofícios ou fax”.

A maior parte do (a)s colaboradore (a)s ressaltou que a disciplina de Filosofia aborda essas temáticas em sala de aula. E, de caráter vago e raramente, as disciplinas de História, Biologia, Ciências e Sociologia. De forma geral, a abordagem destas temáticas não é resultante de suas presenças nos currículos explícitos das disciplinas e sim, “observo mais professores abordando independente da disciplina”. Tal abordagem pode se materializar por iniciativa docente ou quando ocorre alguma situação pedagógica e/ou escolar vinculada a estas temáticas: “embora em trabalhar o tema, não coloco como parte de conteúdos da disciplina. São trabalhados a partir dos temas transversais” (Bia).

Em detrimento das lacunas curriculares ou disciplinares em relação à presença da discussão de gênero e sexualidade nas escolas públicas investigadas, todo (a)s colaboradore

(a)s destacam a importância desta presença por serem temas que fazem “parte da nossa atualidade” (Carol) e “do dia a dia dos nossos alunos” (Ana). As defesas do (a)s colaboradore (a)s acerca da abordagem das relações de gênero e sexualidade em sala de aula foram seguidas de suas avaliações sobre a forma como essas abordagens estão sendo praticadas em suas escolas de maneira geral. Vagas, fragmentadas ou quase inexistentes foram os principais adjetivos utilizados para definirem essas abordagens.

A indiferença de estudantes, profissionais da educação e gestores (a)s pode contribuir para a reprodutibilidade de uma cultura escolar da intolerância e da violência: “vejo os alunos que sofrem preconceito, por suas opções, ainda muito retraído haja vista que a própria escola não lhe dão apoio e até excluem em diferentes casos” (Paulo). Essa atitude de retração de estudantes vítimas de diferentes violências na escola brasileira como um todo nem sempre leva a uma postura ativa de cobrar por ações escolares que combatam tais práticas no cotidiano escolar. O (a)s professores (a)s Paulo, Carol, Bia e Adriano não tomaram conhecimento sobre pedidos discentes para que tais temáticas sejam debatidas em sala de aula.

A pesquisa demonstrou, de maneira geral, a inexistência de formação científica sobre as temáticas de gênero e sexualidade ou de políticas educacionais municipais ou estaduais para tal finalidade. Nas escolas pesquisadas, foi possível observar pela leitura dos questionários, um grupo de profissionais que se interessam pelas temáticas como dispositivo para evitar a reprodução de formas de preconceito e discriminação, embora que, tais discussões em sala de aula ficam relegadas ao protagonismo individual de cada docente e sua investida por conhecimento e formação em seus contextos de estudo. E outro grupo que já foram capturados pela retórica reacionária “heteroterrorista” (BENTO, 2011) da “ideologia de gênero”. A este grupo, gênero e sexualidade precisam ser debatidos para não contaminar os formandos com a ideia de que gênero e sexualidade não são aspectos naturais do ser humano e sim normas sociais performatizadas para transformar em essência aquilo que a cultura decidiu em determinado momento histórico como esquema de inteligibilidade dos corpos em interação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De caráter vago, fragmentado e pontual, as temáticas de gênero e sexualidade são abordadas nas escolas públicas pesquisadas de Araioses-MA. Estas temáticas não estão

presentes no currículo escolar, resultante do avanço dos ataques reacionários a sua presença nas escolas. Entretanto, alguns profissionais consideram importante tais discussões e discutem esses temas quando a situação de violência aos corpos disconformes da heteronormatividade se instaura em suas salas de aula. Eles/elas compartilham da ideia de que o respeito, advindo do debate desses assuntos na escola, poderia contribuir para a diminuição da homofobia e de outras formas de discriminação de gênero e sexual no cotidiano escolar. Vale ressaltar que o respeito pertence a perspectiva da diversidade que objetiva instaurar um mundo pacífico sem questionar ou romper com as estruturas sociais de dominação e exploração presentes em determinada sociedade, como pode ser engendrada por uma perspectiva da diferença, nos termos de Miskolci(2015).

O (a)s colaboradore (a)s pontuaram também o despreparo e a falta de compreensão destas temáticas tanto da sociedade como um todo quanto dos docentes de suas escolas. Esta afirmação, assim como a ausência das discussões científicas sobre relações de gênero e sexualidade ratificam inúmeras pesquisas realizadas no país. Tal despreparo ou falta de compreensão científica dos termos gênero e sexualidade e as realidades que essas definições tentam abarcar fertilizaram o terreno para o avanço do discurso da “ideologia de gênero” que, através de estratégias comunicacionais e políticas, parecem estar conseguindo banir dos cotidianos escolares, pelo menos de maneira explícita e oficial, qualquer menção ou debate sobre estes temas. Não deixa de ser indicativa da disseminação do pânico moral “ideologia de gênero”, a recusa da quarta escola em autorizar a interação com os docentes de sua escola, assim como as afirmações da professora Débora que participou desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, 19(2), 2011, p. 549-559. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>. Acesso em 21 jun. 2016.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos. In: **Revista Cult**: dossiê- ditadura heteronormativa, São Paulo-SP, Editora Briantine, n.202, ano 18, p.22-25, junho/2015..
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. MILSKOLCI,

Richard (Org.). **Discursos fora da Ordem**: deslocamentos, reinvenções e direitos. São Paulo: Annablume, 2012. (Série Sexualidades e Direitos Humanos). p. 277-305. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131962/Pedagogia-do-armario-Richard-Miskolci-e-Larissa-Pel%C3%BAcio-Orgs.-Discursos-Fora-da-Ordem-Sexualidades-Saberes-e-Direitos.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso: 20 mai. 2016.

_____. Pedagogia do armário. In: **Revista Cult**: dossiê- ditadura heteronormativa, São Paulo-SP, Editora Briantine, n.202, ano 18, p.38-41, junho/2015.

_____. “Ideologia de gênero”: uma categoria de mobilização política. In: SILVA, Márcia Alves (org.). **Gênero e diversidade: debatendo identidades**. 1. Ed. São Paulo: Perse, 2016, p. 229-244.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: **Sociologias**, 2009, n. 21, p. 150-182. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf> . Acesso em: 11 set. 2017.

_____. Diversidade ou diferença? In: **Revista Cult**: dossiê- ditadura heteronormativa, São Paulo-SP, Editora Briantine, n.202, ano 18, junho, p.16-19, 2015.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Trad. Carlos Guilherme do Valle. In: **Bagoas**: estudos gays, gêneros e sexualidades. Natal: v.4, n.5, jan./jun. 2010, p. 17-44. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742> . Acesso em: 15 set. 2016.